

ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
XV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DE GOIÁS

EDITAL Nº 14/2024 – ANÚNCIO DAS BANCAS EXAMINADORAS DA PROVA ORAL, QUALIFICAÇÕES DOS SEUS INTEGRANTES E DIVULGAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA AS CORRESPONDENTES ARGUIÇÕES ORAIS

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO, no uso das suas atribuições legais, na forma do item 1.6 do Edital nº 01/2024, de Abertura das Inscrições ao XV Concurso Público para Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de Goiás – 2024, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 24.288, de 16/05/2024, RESOLVE:

1. Tornar pública a relação dos responsáveis pela organização e execução das provas orais, a serem realizadas nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2024, presencialmente, na cidade de Goiânia-GO, tendo por base as disciplinas anunciadas no item 10.3 do Edital nº 01/2024, nos seguintes termos:

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente – Adriane Nogueira Naves Perez. Procuradora do Estado de Goiás desde 2014. Pós graduada em Direito Civil (UCAM), Processual Civil (UCAM) e em Filosofia (USCS). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Foi Procuradora-Chefe da Procuradoria Judicial e da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Cultura. Atualmente, é Procuradora-Chefe da Procuradoria do Contencioso de Pessoal.

Eduardo Alves Cardoso Júnior. Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás - desde 2008. Pós-graduado em Direito Penal, Direito Tributário e Processo Tributário (UCAM). Especialista em Direito das Sucessões – Inventário e Partilha (CERS) e em Finanças Públicas e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Helianny Siqueira Alves Gomes Andrade. Procuradora do Estado de Goiás desde 2014. Anteriormente, foi Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Possui MBA em Parcerias Público-Privadas e Concessões pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em parceria com a *London School of Economics and Political Science* (LSEE). Foi Procuradora-chefe da Procuradoria Setorial das Secretarias de Estado da Casa Civil e da Casa Militar. Atualmente, é Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Estado.

Rafael Carvalho da Rocha Lima. Procurador do Estado de Goiás desde 2010. Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Atualmente, integra a Consultoria-Geral do Gabinete do Procurador-Geral do Estado.

Raimundo Nonato Pereira Diniz. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Anteriormente, foi

Procurador Federal (AGU). Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Foi Procurador-Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente. Atualmente, é Procurador-Chefe Procuradoria Tributária.

BANCAS EXAMINADORAS

GRUPO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Presidente e Titular - Bruno Bizerra de Oliveira. Procurador do Estado de Goiás desde 1998. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (FD/UFG). Foi Subprocurador-Geral do Contencioso, Procurador-Chefe da Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral do Estado e Titular da Superintendência de Legislação, Atos Oficiais e Assuntos Técnicos da Secretaria de Estado da Casa Civil. Atualmente, é Coordenador do Núcleo Estratégico da Consultoria-Geral.

Titular – Fernando lunes Machado. Procurador do Estado de Goiás desde 2003. Especialista em Direito Civil e Direito Processual Civil pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Científica (IEPC). Fundador do Instituto Goiano de Direito Constitucional (IGDC). Atuou como representante da PGE junto ao Poder Judiciário Estadual. Foi Procurador-Gerente e Procurador-Chefe da Procuradoria Judicial e integrante do Núcleo de Atuação Estratégica da Procuradoria Judicial.

Suplente – Aline Pereira Ziemba Maddarena. Procuradora do Estado de Goiás desde 2010. Pós-graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, é Procuradora-Gerente da Procuradoria do Contencioso de Pessoal.

GRUPO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

Presidente e Titular – Rafael Arruda Oliveira. Procurador do Estado de Goiás desde 2006. Doutorando em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Jurídico-Econômicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa, do Centro de Estudos Jurídicos e Coordenador do Núcleo Administrativo da então Assessoria de Gabinete. Atualmente, é Procurador-Geral do Estado de Goiás.

Titular – Juliana Pereira Diniz Prudente. Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – UFG. Pós-graduada em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi Procuradora do Estado de Goiás de 2003 a 2023. Durante esse período, foi chefe da Procuradoria Administrativa, Subprocuradora-Geral de Assuntos Administrativos e Procuradora-Geral do Estado de Goiás. Atualmente, é Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Suplente – Luciana Benvinda Bettini e Souza de Rezende. Procuradora do Estado de Goiás desde 2001. Atuou na Procuradoria Administrativa e na Assessoria de Gabinete do Procurador-Geral do Estado. Atualmente, é Subprocuradora-Geral de Assuntos Administrativos.

GRUPO 3 – DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Presidente e Titular – Lázaro Reis Pinheiro Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Mestre em Direito Constitucional e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Atualmente, é Procurador-Chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal.

Titular - Rodrigo De Luqui Almeida Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Foi Procurador-Chefe das Procuradorias Regionais de Rialma e Aparecida de Goiânia e das Procuradorias Setoriais das Secretarias de Estado da Educação, Cultura e Esporte e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, é Procurador-Chefe da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado da Economia.

Suplente - Leandro Eduardo da Silva. Procurador do Estado de Goiás desde 2014. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Tributária, da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado de Comunicação e do Núcleo Jurídico do Procon. Atualmente, é Procurador-Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente.

2. Divulgar o conteúdo programático específico, aplicável à prova oral, conforme Anexo Único deste Edital.

Goiânia, 18 de novembro de 2024.

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XV CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PROCURADOR DO ESTADO SUBSTITUTO**

ANEXO ÚNICO

GRUPO 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional: conceito, formação, objeto, conteúdo. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Estado de direito. Estado democrático. República.

1. Teoria do poder constituinte. Supremacia e rigidez constitucional. Reforma e revisão constitucional. Mutação constitucional. Poder constituinte do Estado-membro.

1. Constituição: conceito, elementos, classifica o. Teoria da norma constitucional. Princípios e regras. Interpreta o e integra o das normas constitucionais. Eficácia e aplicabilidade da norma constitucional.

1. Controle de constitucionalidade. Sistemas: evolu o no direito comparado e no direito brasileiro. Controle difuso e concreto de constitucionalidade. Súmula vinculante. Controle concentrado e abstrato de constitucionalidade. A o direta de inconstitucionalidade e a o declaratória de constitucionalidade. Argu o de descumprimento de preceito fundamental e representa o para interven o federal. Inconstitucionalidade por omissão. Representa o de inconstitucionalidade. Modalidades e efeitos das decisões proferidas no controle de constitucionalidade. Inconstitucionalidade face   Constitui o do Estado de Goiás.

1. Direitos fundamentais: conceito, evolu o, características, fun es, modalidades, titularidade, destinatários e limita es. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos fundamentais em espécie. Instrumentos de garantia e remédios. A es constitucionais: mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injun o individual e coletivo, *habeas data*, a o popular, a o civil pública e reclama o constitucional. Tutela constitucional do processo. Direitos sociais. Políticas públicas.

1. Organiza o político-administrativa da República Federativa do Brasil. Forma federativa de Estado: conceito, surgimento, evolu o e características. Federa o brasileira: entidades componentes, reparti o de competências. Interven o federal e estadual. União: natureza jurídica, competências e bens. Estados- membros: natureza jurídica, competências e bens. Autonomia dos Estados: limites constitucionais. Constitui o do Estado de Goiás. Municípios: natureza jurídica, cria o, competências, autonomia. Distrito Federal e Terr rios.

1. Poder político. Divisão orgânico-funcional de seu exercício. Princípio da separa o dos poderes: evolu o, significado e atualidade. Fun es típicas e atípicas dos  rg es estatais.

1. Poder Legislativo: organiza o e funcionamento. Processo legislativo. Espécies normativas primárias. Atos políticos. Atos *interna corporis*. Tratados internacionais: *status* e processo de incorpora o   ordem interna. Estatuto dos congressistas.

1. Poder Executivo. Presidencialismo. Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Ministros e secret rios de Estado. Responsabilidade política do Chefe do Executivo: crime de responsabilidade e *impeachment*. Atribui es do Chefe do Executivo: chefia de Estado e de Governo. Atos normativos secundários. Regulamentos de execu o e aut nomos. Administra o pública. Princípios e organiza o. Servidores públicos civis e militares. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do Estado.

1. Poder Judiciário. Estrutura e funcionamento. Organiza o judiciária do Estado de Goiás. Competências do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Varas da Fazenda Pública. Precatórios: Lei

estadual nº 17.034/2010, Lei estadual nº 20.732/2020.

1. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia de Estado. Aspectos gerais.

1. A Procuradoria-Geral do Estado e os Procuradores do Estado. Atribuições, carreira e prerrogativas. Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 58/2006). Portaria Nº 30-GAB, de 20 de janeiro de 2023. O papel da PGE como órgão central do sistema jurídico estadual. Procuradorias Setoriais. A representação judicial e a consultoria do Estado (Administração direta e indireta). Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração estadual (CCMA). Lei Complementar estadual nº 144/2018. Representação da PGE no CAT (Lei Complementar estadual nº 185/2023). Organização da atividade de consultoria jurídica e assessoramento jurídico no âmbito da PGE (Portaria n.º 170-GAB/2020).

1. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: forças armadas e segurança pública.

1. Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartição de competências e receitas tributárias. Finanças públicas. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Tribunais de Contas. Elaboração da legislação orçamentária. Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

1. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção estatal no domínio econômico. Política agrícola fundiária e reforma agrária. Sistema financeiro nacional.

1. Ordem social: fundamentos e objetivos. Seguridade social: previdência social, assistência social e saúde. Educação, cultura e desporto. Comunicação social. Meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

1. Constituição Estadual. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal e Constituição Estadual. Emendas Constitucionais federais e estaduais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Direito Processual: definição, autonomia, finalidade, relações com outros ramos do direito, evolução histórica, princípios, tendências atuais. Acesso à justiça, constitucionalização do processo e garantias fundamentais. Código de Processo Civil (Lei federal nº 13.105/2015).

2. Normas processuais: natureza, fontes, interpretação, eficácia, aplicação no tempo e no espaço.

3. Jurisdição: definição, princípios, características, garantias, divisão, espécies, escopos, critérios, limites, distinção das outras funções do Estado, estrutura judiciária nacional.

4. Competência: definição, classificação, critérios para determinação, internacional, interna, objetiva, originária e recursal dos Tribunais (locais e superiores), territorial, funcional, absoluta, relativa. Foro competente, foros especiais, foro de eleição, foro e juízo. Competência no Estado de Goiás. Prevenção, conexão e continência. Causas modificativas da competência, prorrogação da competência, perpetuação da jurisdição, conflitos de competência e de atribuições, meios de declaração de incompetência.

5. Organização judiciária: órgãos do Poder Judiciário Estadual e Federal, funções, normas disciplinadoras. Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei estadual nº 21.268/2022).

6. Meios adequados de solução dos conflitos: negociação, mediação, conciliação e arbitragem. A Fazenda Pública e a autocomposição.

7. Ação: teorias sobre o direito de ação, natureza jurídica, definição, elementos da demanda, classificação, exercício do direito de ação, condições, cumulação de pretensões, concurso de ações, objeto litigioso.

8. Processo: noções gerais, teorias sobre o processo, natureza jurídica, definição, classificação, princípios, pressupostos, relação jurídica processual, nulidades. Processo e procedimento, espécies de processos e de procedimentos, objeto do processo, mérito, questão principal, questões prévias, preliminares e prejudiciais. Poderes, direitos, faculdade, deveres e ônus processuais. Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça. Despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e gratuidade da justiça. Processo eletrônico.

9. Sujeitos processuais. Juiz: princípios, poderes, deveres, responsabilidades, impedimentos, suspeição. Auxiliares da Justiça. Partes e procuradores: definição, princípios, deveres e responsabilidades, legitimação no processo civil e no processo coletivo, legitimação ordinária e extraordinária, capacidade processual, representação, sucessão e substituição processual. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública: disciplina geral, funções, garantias, poderes, deveres, responsabilidades, organização, formas de atuação no processo.

10. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, incidente de descon sideração da personalidade jurídica, *amicus curiae*, intervenção das pessoas jurídicas de direito público.

11. Atos e fatos jurídicos processuais: definição, classificação, tempo, lugar, forma, existência, validade, eficácia, atos das partes, atos do juiz, comunicações, cumprimento, prazos processuais, preclusão, nulidades, negócios jurídicos processuais, convenções processuais, calendário processual.

12. Processo de conhecimento. Procedimento comum. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial: conceito, requisitos, emenda, causa de pedir, pedido, cumulação de pedidos, valor da causa. Indeferimento da petição inicial, julgamento liminar de improcedência. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu: contestação, reconvenção. Inércia processual: contumácia e revelia, efeitos da revelia, a revelia e os direitos indisponíveis. Declaração incidente. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Alegações do réu.

13. Tutela provisória: classificação, pressupostos, tutela antecipada, tutela cautelar, fungibilidade, tutela de urgência incidental e antecedente, estabilização da tutela antecipada, tutela de evidência, tutela provisória nos tribunais.

14. Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, extinção do processo sem resolução de mérito, julgamento com resolução do mérito, julgamento antecipado do mérito, julgamento antecipado parcial do mérito, saneamento e organização do processo.

15. Provas: definição, objeto, princípios, classificação, sistemas de avaliação, conteúdo, ônus, momento, espécies, fatos que independem de prova, poderes instrutórios do juiz, prova emprestada, regras de experiência, prova lícita e ilícita, indícios e presunções, exame e valoração, distribuição estática e distribuição dinâmica, provas típicas e atípicas, prova estatística nas demandas coletivas, instrução probatória, audiência de instrução e julgamento, alegações finais.

16. Sentença: definição, função, classificação, requisitos, capítulos, publicação, efeitos, intimação, correção e integração, erro material. Coisa julgada: definição, natureza jurídica, coisa julgada material e formal, limites objetivos e subjetivos, relativização. Princípio do deduzido e do dedutível.

17. Da ordem do processo nos Tribunais e competência originária: disposições gerais. Meios de impugnação do julgado, teoria geral dos recursos. Recursos: definição, princípios, classificação e tipologia, natureza jurídica, atos processuais e situações que a eles se sujeitam, prazos, legitimidade, desistência e renúncia, procedimentos, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, juízo de mérito, efeitos dos recursos, tutela provisória recursal, técnica de julgamento não unânime. Apelação, agravo de instrumento, agravo interno, recurso adesivo, embargos de

declaração. Súmula impeditiva do recurso. Recursos para os tribunais superiores: recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial e em recurso extraordinário, embargos de divergência. Reexame necessário: natureza jurídica, efeitos, hipóteses de cabimento e de dispensa, procedimento. Sucedâneos recursais. Ações autônomas de impugnação.

18. Precedentes e casos repetitivos: força vinculante da jurisprudência, incidente de resolução de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência, julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, reclamação, súmulas, súmula vinculante, modulação temporal da jurisprudência.

19. Ação rescisória: pressupostos, legitimidade, objeto e hipóteses de cabimento, competência, prazos, procedimento, julgamento e recursos. *Querela nullitatis*.

20. Liquidação de sentença: espécies, procedimento.

21. Cumprimento de sentença: disposições gerais, espécies, procedimento, impugnação, competência para julgamento.

22. Execução: teoria geral, princípios, disposições gerais, espécies, competência, legitimidade, título executivo, responsabilidade patrimonial, fraudes patrimoniais, remição, suspensão e extinção do processo de execução. Execução de título extrajudicial. Penhora, avaliação, expropriação. Defesas do executado: embargos à execução, impugnação ao cumprimento e exceção de pré-executividade. Embargos à execução fiscal, embargos de terceiro.

23. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: teoria geral, características, procedimentos em espécie, procedimentos especiais na legislação extravagante.

24. Proteção de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Processo coletivo. Ação popular, mandado de segurança coletivo, ação civil pública, inquérito civil público, ação de improbidade administrativa, ação coletiva de rito ordinário.

25. Ações constitucionais: reclamação constitucional, *habeas data*, mandado de segurança, mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental, representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, incidente de arguição de inconstitucionalidade, ação de desapropriação.

26. Sistema dos juizados especiais cíveis e da Fazenda Pública (Leis federais nº 9.099/1995, nº 10.259/2001 e nº 12.153/2009).

27. A Fazenda Pública em Juízo: definição, capacidade postulatória, representação judicial dos entes federados, prerrogativas processuais e o princípio da isonomia, prazos, hipóteses de não aplicação dos prazos diferenciados, intimação pessoal. A prescrição e as pretensões formuladas em face da Fazenda Pública. A Fazenda Pública como ré. A revelia e a Fazenda Pública. Despesas, honorários sucumbenciais, depósitos judiciais, custas, multas e a Fazenda Pública. Intervenção anômala. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. Execução e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, meios de defesa. Precatório, requisição de pequeno valor. Execução proposta pela Fazenda Pública: execução fiscal, medida cautelar fiscal, defesas do executado. A Fazenda Pública e a ação monitória. Suspensão de segurança, de liminar e de sentença contrárias ao Poder Público.

28. Negócio jurídico processual - NJP. Portaria nº 404-GAB/PGE-GO, de 29 de agosto de 2023.

GRUPO 2 – DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo: conceito, interpretação e aplicação. Princípios informativos. Regime jurídico-administrativo. Evolução do papel do Estado. Administração Pública: conceito, abrangência. Princípios

da Administração Pública. Organização do Estado e da Administração. Órgãos e agentes públicos. Governo e administração. Independência entre poderes e função administrativa. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Poder discricionário. Poderes decorrentes da hierarquia. Poder disciplinar. Poder normativo. Poder de polícia. Modalidades. Deveres dos administradores públicos. Poder de polícia: evolução, conceito, competência, fundamentos, atributos, finalidade, âmbito de incidência, características, limites e meios de atuação. Poder de polícia e direitos fundamentais. Estrutura da Administração. Centralização, descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações. Agências.

2. Regime jurídico empresarial do Estado. Atuação do Estado no domínio econômico. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Estatuto das empresas estatais. Lei federal nº 13.303/2016. Regime financeiro das estatais. Regras de governança e tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte. Decreto nº 10.433/2024. Serviços públicos: conceito, características, classificação, titularidade (competência), princípios, remuneração, usuários, formas de execução. Prestação centralizada e descentralizada de serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Lei federal nº 8.987/1995. Lei federal nº 13.726/2018. Racionalização dos serviços públicos. Atividade regulatória do Estado. Regulação. Desregulação. Autorregulação. Corregulação. Entidades da regulação no Brasil e no Estado de Goiás. Operacionalização técnica e eficiência administrativa. Interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras ou os órgãos de regulação estaduais. A regulação de novas tecnologias. Programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório). Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Garantias de livre iniciativa. Análise de impacto regulatório. Lei federal nº 13.874/2019. Decreto federal nº 10.178/2019.

3. Ato administrativo: conceito, elementos, requisitos de validade, atributos (características), formação e efeitos, classificação. Silêncio administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Desconstituição dos atos administrativos: extinção, invalidação e revogação. Vícios. Teoria dos motivos determinantes. Convalidação. Prescrição e decadência. Súmula nº 473 do STF. Licitação: conceito, natureza jurídica, fundamentos e objeto. Princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades de licitação. Procedimento. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, formalização, modificação, prorrogação, renovação, inexecução e extinção. Sanções. Requisitos de validade. Execução. Cláusulas exorbitantes. Áreas contratuais. Equação econômico-financeira. Lei federal nº 8.666/1993. Lei federal nº 14.133/2021. Lei estadual nº 17.928/2012. Arbitragem nos contratos administrativos e métodos alternativos de solução de conflitos. Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual. Lei Complementar estadual nº 144/2018. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN Estadual). Lei estadual nº 19.754/2017. Contratação de soluções inovadoras pelo Estado. Lei Complementar federal nº 182/2021. Lei estadual nº 21.615, de 7 de novembro de 2022.

4. Setor público não estatal. Paraestatais e entes de colaboração. Formas de parceria com a iniciativa privada (segundo setor e terceiro setor). Parcerias sociais. Lei federal nº 13.019/2014. Decreto estadual nº 10.356/2023. Contrato de gestão. Lei estadual nº 15.503/2005. Organizações Sociais (OSs). Lei estadual nº 15.731/2006. Lei estadual nº 21.740/2022. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Serviços sociais autônomos. Convênios. Consórcios Públicos. Parcerias público-privadas. Lei federal nº 11.079/2004. Lei estadual nº 14.910/2004. Concessões patrocinadas e administrativas.

5. Regime constitucional dos servidores públicos: concurso público, acessibilidade, acumulação de

cargos e funções, estabilidade, disponibilidade, mandato eletivo, sistema constitucional de remuneração e teto, associação sindical e direito de greve. Função temporária. Regime jurídico da contratação temporária (Lei estadual nº 20.918/2020). Agentes públicos: conceito, classificação e agentes de fato. Servidores públicos: conceito, características e classificação. Regimes jurídicos funcionais. Lei nº 20.756/2020. Organização funcional: quadro de pessoal, cargos, empregos e funções públicas. Classificação dos cargos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura. Reingresso. Vacância. Direitos, deveres e vantagens. Militares do Estado de Goiás. Previsão constitucional. Estatuto dos Policiais Militares e do Corpo de Bombeiros Militar (Lei estadual nº 8.033/1975 e Lei estadual nº 11.416/1991). Ingresso. Círculos e escalas hierárquicas. Conselhos de Justificação e Disciplina. Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Goiás. Lei estadual nº 19.969/2018. Promoção. Agregação. Reversão. Excedente. Transferência para a reserva remunerada. Reforma. Demissão. Perda de posto e de patente. Licenciamento. Exclusão de praça a bem da disciplina. Deserção. Tempo de serviço. Acumulação de cargos. Regime remuneratório.

6. Processo administrativo: conceito, finalidades, modalidades, princípios, garantias processuais e procedimentos (Lei estadual nº 13.800/2001). Direito disciplinar. Sindicância. Processo administrativo disciplinar. Fases e descrição do procedimento legal no Estado de Goiás. Termo de Ajustamento de Conduta. Prescrição no processo disciplinar. Controle jurisdicional do ilícito administrativo. Responsabilidade civil do Estado: origem, evolução, teorias, disciplina constitucional. Aplicação da responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por atos legislativos. Responsabilidade por atos judiciais. Reparação do dano. Direito de regresso. Responsabilidade dos servidores públicos. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Efeitos da decisão penal nas esferas civil e administrativa. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração. Decreto estadual nº 9.837/2021.

7. Bens públicos. Domínio público. Classificação dos bens, afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição, uso (gestão), administração e alienação. Espécies de bens públicos. Concessão de uso. Lei federal nº 4.504/1964. Terras públicas e devolutas e o instituto da discriminação. Destaque válido do patrimônio público para o privado e prova do domínio imobiliário. Procedimento discriminatório administrativo e judicial. Lei estadual nº 18.826/2015. Intervenção do Estado na propriedade privada: fundamentos, modalidades, limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa. Desapropriação: conceito, natureza jurídica, pressupostos, fontes normativas e espécies, objeto, forma de aquisição, competência, destinação dos bens desapropriados, fase declaratória, fase executória. Ação de desapropriação. Indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação rural e confiscatória. A ordem urbanística constitucional. Conceito. Instrumentos de Intervenção Urbanística. Planejamento Urbanístico. Regime Jurídico. Plano Urbanístico Metropolitano. Ordenação Jurídica do Uso do Solo. Lei federal nº 6.766/1979. Instrumentos de Intervenção Urbanística. Usucapião Especial Urbano. Concessão Especial para fins de moradia. Regularização fundiária. Lei federal nº 13.465/2017. Regularização fundiária de imóveis urbanos do Estado de Goiás. Lei estadual nº 20.954/2020. Regularização fundiária de imóveis urbanos de domínio do Estado de Goiás ocupados por organizações religiosas de qualquer culto. Lei estadual nº 20.229/2018.

8. Controle da Administração Pública: conceito, objetivo, natureza jurídica, classificação. Controle político e administrativo. Controle administrativo: conceito, objetivo, meios de controle, recursos administrativos, coisa julgada, prescrição, processo administrativo. Fiscalização hierárquica. Sistema integrado de controle interno. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle legislativo. Tribunal de

Contas do Estado. Tribunal de Contas dos Municípios. Controle judicial. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB): Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 e os seus reflexos no Direito Administrativo. Lei federal nº 13.655/2018. Segurança jurídica na aplicação do Direito Público. Limites ao ativismo e autocontenção judicial. Acesso à informação. Lei federal nº 12.527/2011. Lei estadual nº 18.025/2013. Anticorrupção Empresarial. Lei federal nº 12.846/2013. Lei estadual nº 18.672/2014. Acordos de leniência. Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal nº 13.709/2018). Compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública. Decreto estadual nº 9.488/2019. Lei nº 14.289/2022. *Compliance* na Administração Pública. Lei estadual nº 20.489/2019. Súmulas administrativas e verbetes de orientações jurídicas da PGE-GO. Súmulas e jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e dos Tribunais Superiores (STF e STJ) em matéria de Administração Pública. Dispositivos da Constituição do Estado de Goiás aplicáveis à Administração Pública.

GRUPO 3 – DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito tributário. Conceito. Autonomia. Fontes. Sistema Tributário Nacional. Conceito. Competência tributária. Limitações ao poder de tributar. Repartição das receitas tributárias.
2. Tributos. Conceito. Classificações. Pedágio. Preços públicos, tarifas e taxas: distinção. Parafiscalidade e extrafiscalidade. Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária. Conceito. Vigência, aplicação, interpretação e integração. Princípios gerais de Direito Tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários.
3. Tributos em espécie. Lei Complementar federal nº 24/1975. Lei Complementar federal nº 87/1996 (Lei Kandir). Lei Complementar federal nº 160/2017. Lei Complementar federal nº 190/2022. Lei Complementar federal nº 192/2022. Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária). Simples nacional.
4. Obrigação tributária. Natureza, espécies, efeitos. Fato gerador. Sujeitos ativo e passivo. Capacidade tributária. Substituição tributária. Domicílio tributário. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Responsabilidade tributária. Modalidades. Responsabilidade tributária dos administradores de pessoa jurídica. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Crédito tributário e lançamento. Exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário. Decadência e prescrição. Pagamento indevido. Atualização do crédito tributário. Lei federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional). Lei estadual nº 11.651/1991 (Código Tributário do Estado de Goiás). Decreto estadual nº 4.852/1997 (Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás).
5. Da Administração tributária. Fiscalização. Competência. Dívida ativa. Certidões. Garantias e privilégios do crédito tributário.
6. Processo tributário: administrativo e judicial. Lei estadual nº 16.469/2009 (Lei do Processo Administrativo Tributário estadual) e Lei federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). Lei federal nº 8.397/1992. Lei estadual nº 15.950/2006. Negócio jurídico processual - NJP. Portaria nº 404-GAB/PGE-GO, de 29 de agosto de 2023.
7. Ilícito administrativo tributário. Ilícito penal tributário. Lei federal nº 8.137/1990. Consequências do inadimplemento. Denúncia espontânea.

DIREITO FINANCEIRO

1. Direito Financeiro. Relações do Direito Financeiro com os outros ramos do Direito e com a Política Fiscal. Normas gerais de Direito Financeiro (Lei federal nº 4.320/1964). Federalismo fiscal e pacto federativo. Gastos tributários diretos e indiretos. Guerra fiscal. Repartição das receitas tributárias. Emenda Constitucional nº 132/2023. Emenda Constitucional estadual nº 81/2024. Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Fundo de Participação dos Municípios. Retenção de recursos. Hipóteses.
2. Receita pública. Receitas e entradas. Classificação das receitas. Vinculação. As receitas não tributárias. Dívida ativa. Regime contábil da receita. Desvinculação de Receitas da União – DRU e Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios – DREM. Emendas Constitucionais estaduais nº 50/2014, nº 53/2016 e nº 78/2023. Emendas Constitucionais nº 68/2011, nº 93/2016, nº 126/2022 e nº 132/2023. Limites mínimos de gastos com Educação e Saúde. FUNDEB (Emenda Constitucional nº 108/2020). Multas. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço público.
3. Despesa pública. Conceito e características. Espécies. Classificação. Regime jurídico. Procedimento para a realização das despesas públicas. Fases da despesa pública. Regime contábil da despesa. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Precatórios. Emendas Constitucionais nº 126/2022 e nº 127/2022. Subvenções econômicas e subvenções sociais. Fundos Especiais de Despesa. Fundos financeiros. Fundos rotativos. Lei Complementar estadual nº 64/2008. Sistema de Conta Única do Tesouro Estadual. Lei Complementar estadual nº 121/2015.
4. Orçamento. Conceito. Origem. Regime jurídico do orçamento público. Direito constitucional orçamentário. Princípios orçamentários. Lei orçamentária anual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Plano Plurianual. Tramitação legislativa. Emendas Individuais impositivas e programações de caráter obrigatório (Emendas Constitucionais nº 86/2015, nº 100/2019, nº 102/2019, nº 105/2019 e nº 126/2022). Mecanismos de ajustes orçamentários. Créditos adicionais. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Intervenção judicial no orçamento público. Controle interno. Controle externo. Tribunais de Contas. Emenda Constitucional estadual nº 79/2024.
5. Crédito público. Noções fundamentais. Natureza jurídica. Empréstimos públicos e espécies. Limites do crédito público.
6. Responsabilidade fiscal. Lei Complementar federal nº 101/2000 (LRF). Estágios da despesa pública. Execução orçamentária. Objetivos e características da LRF. Renúncia de receitas e os incentivos fiscais. Limites de despesas com pessoal. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado. Atividades financeiras vedadas pela LRF. Endividamento público. Dívida pública. Resolução nº 40/2001 do Senado Federal. Operações de crédito. Garantia e contragarantia. Aspectos jurídicos do endividamento subnacional. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.
7. Novo Regime Fiscal (NRF). Emendas Constitucionais estaduais nº 54/2017, nº 55/2017, nº 63/2019, nº 64/2019, nº 66/2020, nº 69/2021, nº 70/2021, nº 73/2022, nº 76/2023 e nº 78/2023. Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Lei Complementar federal nº 159/2017. Lei Complementar federal nº 173/2020. Lei Complementar federal nº 178/2021. Lei Complementar federal nº 189/2021. Emendas Constitucionais nº 109/2021 e nº 113/2021. Regime fiscal sustentável. Lei Complementar federal nº 200/2023.